O PAPEL DO PROFESSOR NO DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA SALA REGULAR

RAQUEL BARBOSA DA SILVA

RESUMO

A finalidade deste estudo é investigar o papel o professor que atua com alunos portadores de Deficiência Intelectual, a fim de proporcionar o desenvolvimento de aprendizagem adequado dessas crianças. Teremos como base a análise bibliográfica e a prática do profissional no espaço escolar. Sabemos que dependendo do professor, ele poderá formar alunos capazes de fazer leitura do mundo e transformar a realidade para uma sociedade democrática e mais justa. Baseada nesta problemática buscará refletir sobre as expectativas existentes diante das ações profissionais docentes que possam contribuir para que as crianças com Deficiência Intelectual alcancem os conhecimentos esperados, adaptando os currículos, e otimizando o uso dos recursos didáticos pedagógicos, ministrados em salas comuns. Busca-se também nesta reflexão analisar a importância de capacitar continuamente os professores que trabalham com alunos portadores de Deficiência Intelectual. A formação continuada é fundamental para que esses profissionais desenvolvam estratégias pedagógicas inclusivas e inovadoras, capazes de atender às necessidades específicas de cada aluno, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo e acessível. Outro ponto relevante é a necessidade de colaboração entre professores, equipe escolar, famílias e especialistas da área da saúde e educação especial. Essa articulação é essencial para que as intervenções pedagógicas sejam mais eficazes, garantindo que as crianças com Deficiência Intelectual recebam o suporte adequado para seu pleno desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Ressalta-se aqui a importância de políticas públicas que incentivem práticas inclusivas nas escolas, garantindo que os professores tenham os recursos necessários para promover uma educação de qualidade para todos. Dessa forma, o trabalho do professor se torna uma peçachave na promoção da igualdade de oportunidades, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Educação; Educação Especial; Formação de Professores; Deficiência Intelectual.

ABSTRACT

The purpose of this study is to investigate the role of teachers who work with students with intellectual disabilities in order to provide adequate learning development for these children. We will use bibliographical analysis and the professional's practice in the school environment as a basis. We know that depending on the teacher, he or she can educate students who are capable of reading the world and transforming reality for a democratic and fairer society. Based on this issue, we will seek to reflect on the expectations regarding professional teaching actions that can help children with intellectual disabilities achieve the expected knowledge, adapting curricula and optimizing the use of teaching resources taught in regular classrooms. This reflection also seeks to analyze the importance of continuously training teachers who work with students with intellectual disabilities. Continuous training is essential for these professionals to develop inclusive and innovative pedagogical strategies that are capable of meeting the specific needs of each student, promoting a more inclusive and accessible educational environment. Another relevant point is the need for collaboration between teachers, school staff, families and specialists in the areas of health and special education. This coordination is essential for pedagogical interventions to be more effective, ensuring that children with Intellectual Disabilities receive adequate support for their full cognitive, emotional and social development. It is important to emphasize here the importance of public policies that encourage inclusive practices in schools, ensuring that teachers have the necessary resources to promote quality education for all. In this way, the work of teachers becomes a key part in promoting equal opportunities, contributing to the construction of a more just and inclusive society.

Keywords: Education; Special Education; Teacher Training; Intellectual Disability.

INTRODUÇÃO

A sociedade está em constante evolução na busca por práticas que promovam a verdadeira inclusão de crianças com Deficiência Intelectual, especialmente no contexto das escolas regulares.

A inclusão não é apenas uma questão de presença física, mas de garantir que essas crianças participem ativamente do ambiente escolar, desenvolvendo habilidades cognitivas, sociais e emocionais (ARANHA, 2000). Essa tarefa, porém, demanda esforços coletivos e um comprometimento em criar estratégias pedagógicas que contemplem as particularidades de cada aluno.

Oliveira (2008) destaca que o processo de inclusão requer a presença de professores capacitados, criativos e reflexivos. Trabalhar com alunos com Deficiência Intelectual não é uma tarefa simples, principalmente porque muitos necessitam de apoio específico, tanto físico quanto intelectual, para estimular o desenvolvimento de suas capacidades.

Esses alunos apresentam necessidades educativas que ultrapassam os métodos tradicionais de ensino, exigindo que o professor planeje suas aulas com um enfoque diferenciado, utilizando recursos que possam atender a essas especificidades e promover um ambiente de aprendizado significativo.

Dessa forma, é essencial que o suporte pedagógico seja ajustado às necessidades imediatas do aluno, com um planejamento cuidadoso e o uso de diversos recursos que facilitem a aprendizagem (OLIVEIRA, 2008). O professor, ao assumir esse papel de facilitador, garante que a criança com Deficiência Intelectual tenha acesso ao seu direito fundamental à educação, de forma plena e inclusiva.

No entanto, surgem questionamentos sobre o papel do professor nesse processo: a) qual a responsabilidade do docente no desenvolvimento pedagógico e social da criança? b) O que realmente está sendo ensinado nas salas de aula para essas crianças? c) Quais são as metodologias e caminhos que o professor deve adotar para tornar seu trabalho verdadeiramente eficaz no contexto da sala regular?

Esse artigo, tem como objetivo não só descrever a experiência dos professores no uso de recursos didático-pedagógicos diversificados, mas também refletir sobre as práticas que podem fortalecer o vínculo da criança com Deficiência Intelectual com o ambiente escolar. É fundamental que os profissionais da educação estejam preparados para lidar com a diversidade de seus alunos, garantindo que o espaço escolar seja um local de aprendizagem inclusiva, equitativa e transformadora.

PRINCÍPIOS BÁSICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O professor tem um importante papel na formação do indivíduo com Deficiência Intelectual, já que sua função diante da proposta inclusiva que vivemos, é de ser organizador e norteador de uma proposta didática que contribua com o suporte pedagógico necessário para a construção de saberes específicos.

A utilização de um currículo adaptado adequadamente auxilia o professor da sala comum a oferecer um ensino cooperativo não individualizado, alcançando o objetivo do projeto pedagógico da Unidade Escolar, tal tarefa sendo de responsabilidade do professor (OLIVEIRA, 2008).

Centrado nesta ideia consente-se uma nova maneira de ensinar e novas oportunidades para aprender, ampliando os estímulos e desenvolvimento das crianças com Deficiência Intelectual.

Vygotsky (2007), afirma que a aprendizagem se dá por meio das informações que o indivíduo recebe dentro das relações construídas com o meio. Estas relações otimizadas pelo trabalho de suporte realizado pelo professor oferecerão estímulos adequados à criança, uma vez que a socialização é que contribuirá com a oportunidade de realizar novas experiências, sendo caminho para o processo de aprendizagem individualizado.

Entende-se que para o ensino ser eficiente deve-se ter princípio colaborativo, onde o trabalho realizado se dá em grupo ou em duplas, por meio da adaptação curricular, sendo desta forma transferida pelo aluno para um saber individualizado que lhe permitirá

agir diretamente sobre o meio após adquirir o conhecimento (OLIVEIRA, 2008).

O sentido que se dá ao processo de aprendizagem da criança, os objetivos que traçamos e a maneira que se faz a educação determinará como será a recepção e utilização dos princípios ensinados na vida da criança diante deste saber sistematizado. Assim, a maneira de propiciar e oportunizar ações e momentos de busca do saber é que determinarão se há ou não condição de avançar etapas de aprendizagem para a criança com Deficiência Intelectual (OLIVEIRA, 2008).

A autora segue dizendo que é complexa a maneira de ensinar a criança com Deficiência Intelectual, pois o trabalho exige planejamento, disposição e diretriz. Consegue-se a contemplação de todos os pontos por meio de adaptação curricular, organização de materiais pedagógicos e apoio da sala para a adequação da proposta pedagógica.

É um erro deixar a criança com deficiência à margem da aprendizagem, pois a escola é responsável pelo desenvolvimento de todos os alunos, inclusive o deficiente intelectual, necessitando para alcançar o sucesso no desenvolvimento desta criança à utilização de atividades simples, em duplas ou em grupos, que garantam a participação de todas as crianças, ajudando-se mutuamente, trocando informações e todos colaborando para a realização da atividade (DEL-MASSO, 2008).

O ensino colaborativo permite que os alunos, independente de suas dificuldades, possam demonstrar por meio de conhecimentos anteriormente aprendidos, quais são suas habilidades, percebendo as de seus colegas, aplicando seus conhecimentos e compreendendo que todos são igualmente importantes dentro da proposta coletiva de construção do conhecimento (OLIVEIRA, 2008).

Dessa forma, o ensino colaborativo se torna uma estratégia poderosa para incluir a criança com Deficiência Intelectual no processo de aprendizagem. Ao permitir que alunos interajam entre si, troquem experiências e colaborem em atividades, o professor cria um ambiente onde todos têm a oportunidade de contribuir e aprender em conjunto.

Essa dinâmica favorece não apenas a integração social, mas também o desenvolvimento cognitivo, à medida que cada aluno é desafiado a aplicar seus conhecimentos e habilidades de forma prática e contextualizada, enriquecendo o aprendizado coletivo.

Além disso, a criação de um ambiente de ensino inclusivo exige que o professor reconheça e valorize as diversas formas de aprendizagem presentes em sala de aula. Isso implica em adaptar atividades, utilizando diferentes métodos e recursos, como jogos educativos, materiais visuais e práticas interativas, que respeitem o ritmo de cada aluno.

O foco deve estar em promover a autonomia e o desenvolvimento gradual das crianças com Deficiência Intelectual, garantindo que elas alcancem seu potencial máximo dentro de suas capacidades, sem perder de vista o direito à participação plena e ao aprendizado significativo (DEL-MASSO, 2008).

A TRAJETÓRIA DA CRIANÇA DIANTE DO TRABALHO DESENVOLVIDO

Para compreender a importância do trabalho com a sala da SAAI, é preciso observar o paralelo histórico que acompanha esta proposta de educação inclusiva, compreendendo quais foram às dificuldades e as propostas realizadas para que esta educação fosse realizada da maneira que é oferecida hoje. Há muito, a educação era somente garantida à elite, para que estes fossem responsáveis pelo trabalho intelectual, o serviço braçal, ficava por conta dos pobres (Aranha, 1991).

Neste período, o especial ou o deficiente era visto como incapaz, se reaproveitado em sociedade, este era designado a realizar tarefas braçais de fácil manuseio, ou eram mortos ao nascer (ARANHA, 1991).

A partir do século XIX, as ideias iluministas se destacaram e os projetos positivistas e socialistas apresentavam objetivos diferentes, mas sem propostas de incluir a criança com deficiência, deixando-a a margem do processo, considerando que ela seria incapaz de alcançar sozinha sua subsistência por mérito pessoal (ARANHA, 2000).

Em 1950, teve início a Educação Especial no Brasil, com o decreto Imperial nº 1428, assinado por Dom Pedro, na cidade do Rio de Janeiro. A ideia de que a educação deveria seguir moldes tradicionais era muito forte, classificavam-se as escolas como templos do saber, sendo este, um espaço privile-

giado (FREIRE E SHOR, 1987).

Na década de 60 houve várias mudanças na educação pelo mundo todo, em 1964, com o Golpe Militar, aqui no Brasil começou a disseminação dos limites globais da educação (FREIRE E SHOR, 1987).

Com toda esta reestruturação em 1971, abriram-se os acessos às escolas para a classe trabalhadora, porém, a estrutura que esta possuía não estava preparada para receber todo este contingente, dando início ao declínio escolar (FREIRE E SHOR, 1987).

A clientela já não era a mesma, porém a forma de conhecimento sim. Os professores continuavam presos aos programas, horários, currículos que não ofereciam motivação nenhuma e as bibliografias eram as mesmas oferecidas por séculos por exigência do sistema antiquado aos quais os educandos foram inseridos; então se abriu os portões das escolas, mas, não as prepararam para recebê-los. (OLIVEIRA, 2008).

Com a Evolução Industrial, a Tecnologia e o Desenvolvimento, um novo aluno se criou, levando a escola a modificar seu papel de moldar o indivíduo de forma que adquirisse a forma de apresentar-se nos modelos sociais oferecidos. A democracia construída pela abertura das escolas foi confundida com declínio do processo da educação levando a falência a qual está se encontra (FREIRE E SHOR, 1987). Com o surgimento desta Escola Nova, segundo Mazzota (1987), passou-se a questionar a visão política existente, com pensadores e educadores conceituados, observando que a escola poderia ser um espaço de abordagem política, de possível construção da cidadania como prática de libertação (FREIRE 1987).

Neste período, as portas foram abertas para a Educação Inclusiva, que não possuíam características adequadas para tal inclusão, uma vez que o acesso foi oferecido, mas a qualidade e adaptação para que esta ocorresse muito era insuficiente (OLIVEIRA, 2008).

Sawaia (2001, p. 96) cita que o indivíduo incluso apresenta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído, até sentir-se discriminado e revoltado". Baseada nesta ideia é possível considerar que o próprio indivíduo se sente excluído, por ser deixado a margem de todo o processo apesar de estar inserido neste todo o mesmo é deixado de lado.

A escola passou a receber o deficiente, porém continuando a ter um modelo de ideais capitalistas, em que o conhecimento não se transmitia, se vendia, sendo utilizada como propaganda para os políticos vigentes, determinando que todo estabelecimento educacional devesse receber os indivíduos com necessidades especiais, independentes de sua estrutura, de seu material ou de seus espaços (MENDES, 2007).

O professor continuou cumprindo o seu papel de ensinar, algumas vezes, a contragosto, talvez por despreparo ou por preconceito, mas estando lá para servir (MENDES, 2007).

Segundo Oliveira (2008), a forma com que a escola é administrada também não combina com os atuais objetivos escolares. Ela está mais ligada a administradores ou contadores do que a educadores, pois um modelo a ser seguido por todas elas, como se alunos e professores fossem sempre os mesmos e suas necessidades fossem as mesmas, bem como sua localização e região, criando um desgaste enorme para quem trabalha e estuda nesta realidade, já que nenhuma comunidade é igual à outra e as necessidades são diferenciadas. Apesar disto, a concepção de educação é construída a mercê de tais informações.

Indiretamente o processo educacional continua elitizado, mas de forma velada, e por este motivo nem todos os ditos especiais, conseguem chegar ao final do curso a que se propõem, pois eles são criados para um tipo de indivíduo e são oferecidos a outro, o que acaba desenvolvendo uma espécie de carência psíquica dos alunos que, muitas vezes, possuem várias outras necessidades, não reconhecendo o porquê de ali se encontrarem (ARANHA, 2011).

É preciso perceber que o indivíduo buscador de conhecimento nas escolas, também nos leva a refletir sobre o papel do professor/educador de forma ampla, tornando-se consciente de que o conhecimento está exposto, mas que precisa ser aperfeiçoado e que é preciso meios para que isto possa ocorrer de forma "satisfatória", sem os programas padronizados, imponentes e bem apresentados, mas escritos de forma a con-

templar a clientela que se tem nas mãos (ARANHA, 2011).

É necessário também perceber que quando expomos nossos alunos deficientes a tais aulas tradicionais, criamos uma pequena guerra de nervos onde se trava uma pequena luta onde o professor tenta chegar ao mundo do aluno e o aluno apresenta-se alheio o tempo todo (ARANHA, 2011).

A grande inovação oferecida pelo processo de educação inclusiva foi o ajuste do método pedagógico à individualidade motivacional do deficiente, com técnicas de uma educação especial não somente com o objetivo de corrigir o repertório (PASSOTI, 1984).

"Na década de 1950, os pais de crianças com desenvolvimento mental retardado ou Deficiência Intelectual, começaram a se organizar e fundaram a NARC"
(National Association for Retarded Children). Esta organização foi inspirada na APAESP de São Paulo (MAZOTTA, 1986, p.24).

O que já se demonstrava a busca pelo suporte educacional adequado que permitisse a participação da criança com Deficiência Intelectual ao meio dito "comum", sendo necessária a formulação de políticas públicas adequadas para sua participação e seu desenvolvimento.

Para que o professor compreenda a forma com que seus alunos se desenvolvam é necessário o apoio também de novas ciências que auxiliem por meio de seus estudos a estruturação de uma proposta pedagógica consistente e significativa, dando ao aluno com Deficiência Intelectual condições para que alcance seu desenvolvimento. Para tanto, podemos contar com a ajuda da Neurociência, que nos favorece estes saberes.

A NECESSIDADE DE REVER A ESTRUTURA ESCOLAR

É preciso rever os currículos, percebendo que cada turma é uma turma, que cada escola é uma escola, que somos únicos, e que é impossível transformar a escola em uma grande linha de produção onde as máquinas criam peças exatamente idênticas.

Todos têm habilidades diferentes, as pessoas que coordenam administram e idealizam as escolas deveriam pensar no todo, não no que pensam, individualismo não nos leva a nada.

Tornar o currículo escolar em documento maleável, permitindo que professor e alunos não se prendam ao que exige o papel, trocando experiências construindo uma linha de trabalho onde se têm uns objetivos e sabe-se onde quer chegar, com esta troca, ambos aprenderiam e o respeito seria mutuo, alcançando os verdadeiros objetivos da educação.

É necessária também a reorganização da educação, são muitos papéis, fichas, diários, cadernos, documentos que o professor deve preencher durante o ano, muito do tempo que este teria para rever seus conceitos, estudar o que pode ter dado certo ou errado em seu dia de trabalho se perde por ter que dar esclarecimentos de papéis que muitas vezes não são de sua alçada.

Entende-se que é preciso reaprender a fazer a educação, oferecendo o espaço para o diálogo, o que confirma os objetivos da escola, levando o educando a perceber que a escola não é vazia, que existe um contexto e que este deve ser respeitado. O educador deve ser estimulado e não renunciar ao que sabe.

É necessário observar a escola como o local onde construção de todas as relações que teremos fora da escola, ela é o início, mas não o fim de nossa caminhada e o professor é o ator principal deste filme chamado construção, merecendo ser muito bem tratado e preservado nestes longos anos de carreira, pois todos, com sucesso ou não passaram pela escola em alguma fase de suas vidas.

A construção do conhecimento é um processo interpessoal, onde o ponto principal desta está na relação educando – educador. Esta relação não é uni lateral, pois o aluno não constrói só o seu conhecimento, e professor aprende com eles novas formas de ver o mundo podem retificar ou ratificar a sua, alterando suas posturas e mudando suas atitudes.

Neste contato, instaura-se um processo interpessoal no qual o diálogo é essencial, ocorre então um intercâmbio onde o conhecimento tem como base o diálogo, este por sua vez é desencadeado devido a uma situação problema ligada a prática. Neste momento de síntese, o conhecimento é organizado e sistematizado sendo aplicado forma organizada.

Desta forma o currículo, passa a ter

o papel de selecionar ilimitadamente a tal cultura deixando de ser apenas um instrumento de poder, passando a ser observado como um plano de formação do cidadão, sendo realmente significativo.
Modifica-se então a visão de currículo tida como algo estático, passando a ser vista como um misto de teoria e prática que se resume em uma única estratégia de construção de aprendizado, pois ambas estão unidas e em movimento constante, permitindo ao envolvido no processo, produzir, criar e, portanto, assimilar o que pretendesse ensinar.
O currículo, afinado aos interesses de grupos oprimidos e apoiando-se em teorias sociais desenvolvidas tem o poder de favorecer as classes minoritárias, por servir de ferramenta de conscientização destas classes. Assim, as transformações ocorridas se dão ao longo do tempo, buscando a socialização do cidadão nas escolas, reduzindo a reprodução e aumentando a transmissão de cultura, demonstrada no conteúdo e nos conhecimentos passados por cada disciplina, estando os currículos ocultos nas práticas escolares, contendo uma dimensão sociopolítica, que busca expressar mais desejos que realidades.
É preciso, portanto, entender o papel dos interlocutores do processo de formação de um currículo, uma vez que este favorece a construção do conhecimento nele contido, aspecto que justifica a função cultural da escola.
Atrelados aos conteúdos estão às atividades, pois estas se encontram presentes na experiência, por meio delas, testa-se, e experimenta-se o que foi transmitido na teoria, no conteúdo.
A prática de ensinar estes conteúdos pode transformar a realidade, modificando as intenções que se tinha ao constituí-lo, pois, um currículo, voltado à defesa de interesses pode transformar e modificar realidades baseando-se nos diferentes temas e gêneros que podem vir a ser abordado, desde que a didática adotada, de maneira adequada e nada simplista os problemas relacionados a tais conteúdos, dando-lhes significados políticos e sociais.
É necessário então, destacar as dimensões gerais e estruturais do currículo, modificando o discurso pedagógico onde professores defendem uma ideologia sul real dizendo que querem algo que se contrapõe às práticas de sala de aula, onde professores fingem que ensinam ou pensam que ensinam vindos de encontro com alunos que não pensam diferentes.
É preciso ressignificar estas ideias tradicionais que buscam defender uma escola eficaz que vem de encontro a um currículo tratado como um projeto educativo que deve ser cumprido e realizado durante as aulas, dando espaço a verdadeira liberdade dentro das escolas.
Esta forma de currículo como ponto importante de transformação social está longe de se realizar, pois, o pensamento pedagógico que o envolve, ainda é muito disperso, heterogêneo, sendo visualizado como mera teoria separando-o da instrução, preocupa-se com o conteúdo e não se valoriza a atividade, a experiência.
Apesar de ser a mais ampla ideia de conteúdos de currículos, por se referir a costumes, e saberes novos, favorecendo a elasticidade do currículo, construindo um paralelo entre os projetos educativos e o ato de ensinar, este é deixado de lado.
A pretensão de trabalhá-la deveria estar representada nos conteúdos que os currículos abordam, buscando encontrar diferentes formas de abordagem destes conteúdos, para garantir aos envolvidos no processo o desenvolvimento global do aluno, considerando que o pensamento curricular se torne parte integrante do pensamento social possível de transformar o indivíduo e a sociedade a qual este se encontra inserido favorecendo seu desenvolvimento crítico.

O PAPEL DO PROFESSOR NO DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA SALA REGULAR

O papel do professor no desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual em sala regular é multifacetado e exige uma abordagem inclusiva e personalizada. A educação inclusiva busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, tenham acesso ao mesmo espaço educativo e ao conteúdo curricular, mas com as adaptações necessárias para que possam desenvolver seu potencial.

Para o aluno com deficiência intelectual, a presença do professor se torna fundamental não apenas como mediador do conteúdo, mas também como facilitador da interação social e da autonomia.

Esse profissional atua como elo entre o aluno e o conhecimento, utilizando estratégias diferenciadas para que o conteúdo seja acessível e estimulante. O professor deve aplicar práticas pedagógicas que incentivem a aprendizagem ativa, valorizando as habilidades e respeitando as limitações de cada aluno.

Além disso, o professor assume a responsabilidade de cultivar um ambiente de aceitação e respeito dentro da sala de aula, promovendo a inclusão e a interação entre os alunos. Este papel é crucial, pois influencia diretamente na autoestima e na motivação do aluno com deficiência intelectual, que passa a sentir-se parte integrante do grupo.

Adaptações curriculares, uso de recursos visuais, tecnologias assistivas e atividades colaborativas são algumas das práticas que podem ser integradas para apoiar a aprendizagem desses alunos.

Outro aspecto importante é o trabalho colaborativo com outros profissionais da educação, como psicólogos e pedagogos, bem como com os familiares. Essa rede de suporte amplia as possibilidades de sucesso do aluno, permitindo que o professor conte com informações e estratégias adicionais que enriquecem o desenvolvimento cognitivo e social da criança.

Portanto, o papel do professor vai além da simples transmissão de conhecimentos: ele é um agente transformador que, ao buscar métodos inclusivos e adaptar sua prática, possibilita ao aluno com deficiência intelectual uma experiência escolar mais enriquecedora e significativa, promovendo a inclusão e o desenvolvimento integral do indivíduo.

Outro papel essencial do professor é atuar como um incentivador de habilidades socioemocionais. Para alunos com deficiência intelectual, o desenvolvimento de competências emocionais e sociais é fundamental, pois essas habilidades os ajudam a lidar com os desafios cotidianos e a construir relacionamentos saudáveis.

Nesse sentido, o professor pode criar atividades que incentivem a empatia, a colaboração e a resolução de conflitos. Ao permitir que o aluno desenvolva confiança e independência em um ambiente seguro, o professor contribui para que ele enfrente situações adversas com mais segurança e autonomia.

Além das adaptações no conteúdo e no ambiente, é importante que o professor adote uma postura de observação constante e escuta ativa. Isso permite que ele identifique rapidamente as necessidades específicas de cada aluno, ajustando suas estratégias conforme as respostas e o progresso de cada um.

Com uma postura atenta, o professor pode ajustar o ritmo das aulas e selecionar recursos que melhor atendam às particularidades do aluno com deficiência intelectual, tornando a aprendizagem mais eficaz e relevante.

O processo de formação e atualização contínua do professor também desempenha um papel significativo no desenvolvimento do aluno. Professores que buscam capacitação em estratégias inclusivas e metodologias de ensino voltadas para a diversidade são mais preparados para lidar com os desafios e encontrar soluções criativas.

A formação específica para lidar com alunos com deficiência intelectual ajuda o professor a compreender melhor suas características e a explorar práticas pedagógicas que potencializem o aprendizado, como o uso de jogos educativos, tecnologia assistiva e recursos visuais.

O professor é um elemento chave na construção de uma parceria sólida entre a escola e a família do aluno. O diálogo aberto e constante entre professor e responsáveis permite um alinhamento nas práticas educativas, ampliando as chances de que o aluno desenvolva todo o seu potencial.

Quando o professor compartilha avanços, desafios e estratégias com a família, cria-se uma rede de suporte em que todos atuam em prol do desenvolvimento integral do aluno, promovendo a continuidade do aprendizado além da sala de aula.

A prática de personalização no ensino, adotada pelo professor, é outro fator determinante para o progresso do aluno com deficiência intelectual. Esse tipo de abordagem permite que as atividades e os conteúdos sejam moldados de acordo com as capaci-

dades e o ritmo de aprendizado do aluno, tornando o processo educacional mais acessível e significativo.

A personalização pode envolver desde a adaptação do conteúdo escrito e visual até a implementação de atividades práticas, o que permite ao aluno compreender os conceitos por meio de experiências concretas e mais próximas de sua realidade.

O professor também contribui de maneira decisiva na construção de uma cultura de respeito e aceitação dentro da sala de aula. Ao incluir práticas inclusivas e promover a diversidade como um valor essencial, ele incentiva os demais alunos a perceberem a deficiência intelectual com naturalidade e respeito.

Com o apoio do professor, os colegas de classe aprendem a interagir de forma colaborativa e solidária, formando um ambiente onde o aluno com deficiência se sente valorizado e respeitado. Esse ambiente inclusivo é fundamental para o bem-estar emocional e o desenvolvimento social de todos os alunos, pois favorece a empatia e o respeito às diferenças.

A avaliação do progresso do aluno com deficiência intelectual também é um aspecto que requer sensibilidade e adaptação por parte do professor. Ao avaliar esses alunos, é importante que o professor considere não apenas o desempenho acadêmico, mas também o desenvolvimento de habilidades e comportamentos que demonstrem avanço social, emocional e cognitivo. Ao invés de seguir um padrão rígido, o professor pode utilizar critérios flexíveis, observando as conquistas de cada aluno em relação às suas próprias possibilidades, o que promove uma visão mais justa e completa do processo de aprendizagem.

Por último, o professor precisa estar aberto à inovação pedagógica, buscando constantemente novas metodologias e ferramentas que possam facilitar o aprendizado do aluno com deficiência intelectual. A utilização de tecnologias assistivas, como softwares de comunicação e dispositivos que favoreçam a acessibilidade, podem transformar a experiência de aprendizado e contribuir para a autonomia do aluno.

O professor que está disposto a experimentar essas ferramentas não só amplia as possibilidades de aprendizado, mas também fortalece o vínculo de confiança com o aluno, mostrando que cada etapa do aprendizado pode ser adaptada para melhor atender às suas necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se, no decorrer da presente pesquisa, que o desenvolvimento da criança dentro de uma proposta educacional que se baseie na união do trabalho de todos em classe comum são de extrema importância para o desenvolvimento de uma proposta educacional inclusiva. Há a necessidade que se visualize a proposta consistente, não como substituição do trabalho pedagógico de sala de aula, mas como apoio para que isto ocorra de maneira adequada na própria classe comum. Sendo papel deste serviço especializado, oferecer meios, informações e adaptações que não modifiquem a proposta educacional, mas que complementem a didática por meio de metodologias complementares que permitam ao aluno alguns meios para que ele realmente seja incluso em um projeto cooperativo de ensino. Esta maneira de reformular a educação é que vai desenvolver o indivíduo autônomo e dono de seus saberes de maneira específica, permitindo que a criança com deficiência intelectual se veja como ser também pensante e dono de saberes específicos, que estimulados contribuirão para sua formação e para a mudança dos olhares sociais antes preconceituosos e desmerecedores, tornando-o tão ativo socialmente quanto aos outros alunos ditos “normais”.

REFERÊNCIAS

ARANHA, J.M. História da Educação. São Paulo. Ed. Cortez, 1991.

ARANHA, M.L. Filosofando introdução a filosofia. São Paulo. Cortez, 2011.

ARANHA, M.S. F. Projeto escola viva – garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – alunos com necessidades especiais. Adaptações de grande porte. Brasília MEC /SEESP, 2000.

BALEOTTI. L.R. DEL–MASSO. M.C.S. Diversidade, diferença e deficiência no contexto

educacional. SP Ed Fundepe. 2008.

BRASIL. M. E. D. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental – Brasília MEC/SEF 1996.

DEL-MASSO, M.C.S. Necessidades Educacionais Especiais: questões relacionadas ao desempenho do aluno. SP. Ed Fundepe. 2008.

OLIVEIRA, A. A. S. Um diálogo esquecido – a vez e a voz de adolescentes com deficiência – Londrina: Práxis; Bauru, 2007.

OLIVEIRA, A.A.S. Currículos e programas na área da deficiência Intelectual: considerações históricas e análise crítica, São Paulo. FUNDEPE, 2008.
SAWAIA, B. As artimanhas da exclusão, Ed Vozes, Petrópolis. 2001.

VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente, Martins Fontes, 1987, São Paulo.